



COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

Rua Sete de Setembro, 111/2-5º e 23-34º Andares, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20050-901 – Brasil - Tel.: (21) 3554-8686
Rua Cincinato Braga, 340/2º, 3º e 4º Andares, Bela Vista, São Paulo/ SP – CEP: 01333-010 – Brasil - Tel.: (11) 2146-2000
SCN Q.02 – Bl. A – Ed. Corporate Financial Center, S.404/4º Andar, Brasília/DF – CEP: 70712-900 – Brasil -Tel.: (61) 3327-2030/2031
www.cvm.gov.br

DELIBERAÇÃO CVM Nº 888, DE 2 DE AGOSTO DE 2023

Altera a Deliberação CVM nº 877, de 27 de dezembro de 2021.

O PRESIDENTE DA COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS – CVM torna público que o Colegiado, em reunião realizada em 1º de agosto de 2023, com fundamento no inciso II do art. 8º da Lei nº 6.385, de 7 de setembro de 1976, e no § 1º do art. 12 da Resolução CVM nº 29, de 11 de maio de 2021, APROVOU a seguinte Deliberação:

Art. 1º A ementa da Deliberação CVM nº 877, de 27 de dezembro de 2021, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Autoriza temporariamente Estar S.A. e Start Me Up Crowdfunding Sistemas para Investimento Colaborativo Ltda. a realizar atividades reguladas pela CVM, no âmbito do Sandbox Regulatório, nos termos e condições previstos nesta Deliberação”

Art. 2º O item I da Deliberação CVM nº 877, de 27 de dezembro de 2021, passa a vigorar com a seguinte redação:

“I – autorizar Estar S.A. (“Estar”) a realizar a atividade de constituição e administração de mercado de balcão organizado, nos termos da Resolução CVM nº 135, de 10 de junho de 2022, com (i) **dispensa total** dos seguintes dispositivos: art. 8º, §1º, IV, art. 9º, **caput**, art. 15, § 1º, IV, art. 16, II, alíneas “a” e “b”, art. 20, I, II, III, IV, V e VII e §2º, art. 21, §1º, V, art. 23, **caput**, art. 26, I e II, art. 27, V, VI, VIII, X, XII e §§ 1º e 2º, art. 28, I, arts. 30 a 33, art. 34, V, VII e XI, art. 36, art. 37, art. 38, art. 40 a 42, art. 50, art. 52, I a IV, arts. 54 e 55, art. 58, §1º, art. 61, arts. 63 e 64, art. 67, II, III e IV e §§ 1º e 2º, art. 68, VII, art. 71, art. 80, art. 87, art. 88, art. 91, art. 102, III, alínea “c”, art. 105, §2º, art. 106 e Anexo B, item 3.1; e (ii) **dispensa parcial** dos seguintes dispositivos, observados os termos e condições previstos no Anexo A: art. 27, I a IV, VII, IX e XI, art. 34, I, VI, IX e §1º, art. 39, I, alíneas “b” e “c”, art. 44, art. 47, art. 53, art. 57, art. 58, incisos I, II, III e IV e §2º, art. 60 e art. 62, I, II, IV e V; e com dispensa de observância do art. 4º, inciso II da Resolução CVM nº 31, de 19 de maio de 2021, e do art. 8º, §§ 4º e 5º, e do art. 36, inciso VIII, da Resolução CVM nº 88, de 27 de abril de 2022;”

Art. 3º O item II da Deliberação CVM nº 877, de 27 de dezembro de 2021, passa a vigorar com a seguinte redação:



COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

Rua Sete de Setembro, 111/2-5º e 23-34º Andares, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20050-901 – Brasil - Tel.: (21) 3554-8686
Rua Cincinato Braga, 340/2º, 3º e 4º Andares, Bela Vista, São Paulo/ SP – CEP: 01333-010 – Brasil - Tel.: (11) 2146-2000
SCN Q.02 – Bl. A – Ed. Corporate Financial Center, S.404/4º Andar, Brasília/DF – CEP: 70712-900 – Brasil -Tel.: (61) 3327-2030/2031
www.cvm.gov.br

“II - autorizar Start Me Up Crowdfunding Sistemas para Investimento Colaborativo Ltda. (“SMU”) a realizar a prestação de serviço de escrituração de valores mobiliários, nos termos da Resolução CVM nº 33, de 19 de maio de 2021, com dispensa de observância dos arts. 2º, parágrafo único, inciso II; 4º; 15, inciso VI; 19; 21, inciso III e X; 25, inciso IV; 28, inciso II e § 2º; 29, **caput** e parágrafo único; e 30;”

Art. 4º O item III da Deliberação CVM nº 877, de 27 de dezembro de 2021, passa a vigorar com a seguinte redação:

“III – (...)

a) listagem de até 6 (seis) sociedades empresárias de pequeno porte no mercado de balcão organizado administrado pela Estar e admissão à negociação de **tokens** representativos de valores mobiliários previamente emitidos por tais emissores e distribuídos publicamente em oferta pública realizada por meio da plataforma de **crowdfunding** SMU, segundo o rito da Resolução CVM nº 88, de 2022;

b) listagem de até 4 (quatro) sociedades empresárias de pequeno porte no mercado de balcão organizado administrado pela Estar e admissão à negociação de **tokens** representativos de valores mobiliários previamente emitidos por tais emissores e distribuídos publicamente em oferta pública, realizada por meio de outras plataformas de **crowdfunding**, segundo o rito da Resolução CVM nº 88, de 2022;

c) elaboração de regulamento do mercado de balcão organizado administrado pela Estar, cujo modelo deve ser aprovado nos termos do inciso IV desta Deliberação, como condição para o início da condução da atividade regulamentada, e inclusão de previsão de que as atividades do Conselho de Autorregulação sejam segregadas de atividades comerciais desenvolvidas pela entidade administradora de mercado organizado;

d) a Estar incluirá cláusulas nos contratos celebrados com clientes para contemplar hipóteses e formas de ressarcimento em caso de prejuízos decorrentes de erros operacionais ou falhas no sistema de negociação do mercado de balcão organizado;

e) o montante total aplicado por investidor em valores mobiliários ofertados com dispensa de registro de oferta pública nos termos da Resolução CVM nº 88, de 2022, deve observar os limites e deveres estabelecidos no art. 4º da referida norma, e o cálculo do montante total por investidor deve englobar a soma de valores mobiliários adquiridos nos mercados primário e secundário;



COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

Rua Sete de Setembro, 111/2-5º e 23-34º Andares, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20050-901 – Brasil - Tel.: (21) 3554-8686
Rua Cincinato Braga, 340/2º, 3º e 4º Andares, Bela Vista, São Paulo/ SP – CEP: 01333-010 – Brasil - Tel.: (11) 2146-2000
SCN Q.02 – Bl. A – Ed. Corporate Financial Center, S.404/4º Andar, Brasília/DF – CEP: 70712-900 – Brasil -Tel.: (61) 3327-2030/2031
www.cvm.gov.br

(...)

j) a participação de cada sócia ostensiva, controlada pela SMU ou por outra entidade sob controle comum ou controlada pela SMU, no investimento na SCP respectiva, deve limitar-se ao equivalente a 5% (cinco por cento) do capital social da **startup** investida, considerando a expectativa de participação da sócia ostensiva apurada na data de aquisição do investimento;

k) o escriturador deve garantir que os **tokens** emitidos sejam representativos dos direitos estabelecidos nas SCPs proporcionalmente aos valores aportados pelos investidores, de maneira que os direitos refletidos nos **tokens** emitidos sejam homogêneos entre os investidores de uma mesma SCP; e

l) enquanto perdurar a dispensa prevista no item I desta Deliberação, relativa ao art. 8º, §§ 4º e 5º, da Resolução nº 88, de 2022, deve ser divulgado fator de risco específico nos documentos das sociedades empresárias emissoras sujeitas a tal requisito, nos termos da Resolução CVM nº 88, de 2022, com o objetivo de informar os investidores que suas respectivas demonstrações financeiras não foram auditadas;”

Art. 5º O item V da Deliberação CVM nº 877, de 27 de dezembro de 2021, passa a vigorar com a seguinte redação:

“V – que as autorizações temporárias e dispensas previstas nesta Deliberação são válidas até 31 de agosto de 2024;

V-A – que a dispensa prevista no item I desta Deliberação, relativa ao art. 8º, §§ 4º e 5º, da Resolução nº 88, de 2022, é válida até 9 de setembro de 2023; e”

Art. 6º Esta Deliberação entra em vigor a partir da data da sua publicação.

JOÃO PEDRO BARROSO DO NASCIMENTO
Presidente



COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

Rua Sete de Setembro, 111/2-5º e 23-34º Andares, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20050-901 – Brasil - Tel.: (21) 3554-8686
Rua Cincinato Braga, 340/2º, 3º e 4º Andares, Bela Vista, São Paulo/ SP – CEP: 01333-010 – Brasil - Tel.: (11) 2146-2000
SCN Q.02 – Bl. A – Ed. Corporate Financial Center, S.404/4º Andar, Brasília/DF – CEP: 70712-900 – Brasil -Tel.: (61) 3327-2030/2031
www.cvm.gov.br

ANEXO À DELIBERAÇÃO CVM Nº 877, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2021

Este anexo detalha as **dispensas parciais** dos dispositivos da Resolução CVM nº 135, de 10 de junho de 2022, conforme listadas no item I da Deliberação CVM nº 877, de 2021, subitem (i), nos termos a seguir:

Dispositivo dispensado parcialmente	Detalhamento
Art. 27, I	Compete ao Conselho de Autorregulação aprovar as regras relativas ao funcionamento geral dos mercados organizados administrados, incluindo os regulamentos de que trata o art. 15
Art. 27, II	Atribuição do Conselho de Autorregulação
Art. 27, III e IV	Os recursos serão interpostos ao Conselho de Autorregulação
Art. 27, VII	Atribuição do Conselho de Autorregulação
Art. 27, IX	Os orçamentos anuais do Conselho de Autorregulação serão estipulados pela administração da SMU (diretoria)
Art. 27, XI	Os membros do Conselho de Autorregulação serão eleitos pelos sócios da SMU em assembleia geral de acionistas
Art. 34, I	Caberá ao diretor geral da SMU, quando solicitado, encaminhar à CVM as informações relativas às operações com Ativos, no prazo, forma e detalhamento especificados, inclusive com a especificação dos Investidores e do Emissor, se aplicável.
Art. 34, VI	Tais fatos deverão ser informados pelo diretor geral da SMU ao Conselho de Autorregulação
Art. 34, IX	O diretor geral da SMU será responsável por processar e julgar, em sede de primeira instância, todos e quaisquer processos instaurados enquanto que o Conselho de Autorregulação será responsável por julgar os recursos, em sede de segunda instância. Quaisquer penalidades determinadas, após o trânsito em julgado do respectivo processo sancionador, serão efetivadas pelo Diretor-Geral.
Art. 34, §1º	A suspensão de participante deverá observar os prazos previstos no Regulamento, com comunicação imediata ao mercado, ao Conselho de Autorregulação, à CVM e ao Banco Central do Brasil.
Art. 39, I, alíneas “b” e “c”	Onde se lê “Conselho de Administração”, leia-se “Conselho de Autorregulação”
Art. 44	É dispensada a autorização prévia para a aquisição, por um único investidor ou por um grupo de investidores agindo em conjunto ou representando o mesmo interesse, de participação direta ou indireta igual ou superior a 49,99% do capital social com direito a voto de entidade administradora de mercado organizado. Quaisquer aquisições dentro entre 15% e 49,99% devem ser comunicadas ao Comitê de Sandbox.
Art. 47	Foi concedida dispensa de constituição de um departamento de autorregulação e, conseqüentemente, não existe diretoria do departamento de autorregulação, portanto, as atividades previstas no art. 47, quando aplicáveis, serão exercidas pelo Conselho de Autorregulação ou pelo diretor geral da SMU, conforme estipulado nos documentos do projeto.

**COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS**

Rua Sete de Setembro, 111/2-5º e 23-34º Andares, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20050-901 – Brasil - Tel.: (21) 3554-8686
Rua Cincinato Braga, 340/2º, 3º e 4º Andares, Bela Vista, São Paulo/ SP – CEP: 01333-010 – Brasil - Tel.: (11) 2146-2000
SCN Q.02 – Bl. A – Ed. Corporate Financial Center, S.404/4º Andar, Brasília/DF – CEP: 70712-900 – Brasil -Tel.: (61) 3327-2030/2031
www.cvm.gov.br

Art. 53	Os membros do Conselho de Autorregulação serão eleitos pelos sócios da SMU.
Art. 57, inciso I	Competência será exercida em conjunto pelo Diretor Geral e pelo Conselho de Autorregulação, conforme estipulado nos documentos do projeto.
Art. 57, inciso II	O Diretor Geral da SMU será responsável por processar e julgar, em sede de primeira instância, todos e quaisquer processos instaurados enquanto o Conselho de Autorregulação será responsável por julgar os recursos, em sede de segunda instância.
Art. 57, inciso III	Competência será exercida em conjunto pelo Diretor Geral e pelo Conselho de Autorregulação, conforme estipulado nos documentos do projeto.
Art. 58, incisos I, II, III e IV	Competências serão exercidas em conjunto pelo Diretor Geral e pelo Conselho de Autorregulação, conforme estipulado nos documentos do projeto.
Art. 58, §2º	Competências serão exercidas em conjunto pelo Diretor Geral e pelo Conselho de Autorregulação, conforme estipulado nos documentos do projeto.
Art. 60	O Conselho de Autorregulação deverá tomar as providências necessárias à preservação do sigilo das informações sobre Operações realizadas no Mercado SMU, obtidas no exercício de suas atribuições, conforme previsto no Regulamento.
Art. 62, inciso I	Compete ao Diretor Geral executar o plano de trabalho anual e as determinações do Conselho de Autorregulação.
Art. 62, inciso II	Competência será atribuída ao Diretor Geral. No que tange à alínea “d” deste inciso, dispensada a obrigação de o relatório anual de prestação de contas das atividades realizadas pelo Diretor Geral ser auditado por auditor independente registrado na CVM.
Art. 62, inciso IV	Compete ao Diretor Geral comunicar à CVM a informação constante no inciso I do art. 67 da Resolução CVM 135.
Art. 62, inciso V	Compete ao Diretor Geral aplicar as penalidades determinadas após transitado em julgado os processos sancionadores.